



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Juan Ignacio Pulido Serrano, *Injurias a Cristo. Religión, política y antijudaísmo em el siglo XVII (Análisis de las corrientes antijudías durante la Edad Moderna).* Universidad de Alcalá, 2002. 337 pp. ISBN: 84-8138-489-5 [recensão]

Bruno Feitler 

Como Citar | How to Cite

Feitler, Bruno. 2006.. «José Manuel Santos Pérez, George Cabral de Souza (orgs.), El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el Siglo XVII. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, 290 pp. [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* VII: 428-430. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37734>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities[re]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

nisba (sobrenome que denota origem ou pertença) *al-Miṣrī* confirma que era originário do Egipto, mas isso não implica que todos os maçarís fossem seus parentes. A nota sobre «Moahmed Mesri» para que se remete no texto não se encontra a p. 95; provavelmente remete para a paginação da edição inglesa.

E é quanto se nos oferece dizer sobre esta publicação com que a editorial «Fronteira do Caos» faz verdadeiramente jus ao nome que galhardamente ostenta...

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ
Centro de História de Além-Mar
IED – Universidade Católica Portuguesa

Juan Ignacio PULIDO Serrano, *Injurias a Cristo. Religión, política y antijudaísmo em el siglo XVII (Análisis de las corrientes antijudías durante la Edad Moderna)*. Universidad de Alcalá, 2002. 337 pp. ISBN: 84-8138-489-5.

Em 1632, num auto-da-fé excepcional realizado na própria corte madrilena, foram penitenciados e relaxados à justiça secular um grupo de cristãos-novos que teria açoitado e queimando um crucifixo que além de sangrar, também se manifestou oralmente, no que ficou conhecido como o caso da *calle de las Infantas*. Em torno da cerimônia e em seguida a ela, o milagre resultante das afrontas e o alegado perigo judaico nelas inferido foram divulgados e amplificados em inúmeras festas de desagravo, fundação de confrarias, concursos literários e construção de um templo, implicando nomes que vão de Felipe IV e Olivares a Quevedo e Calderón de la Barca, e transformando-se num evento político de imensa grandeza no jogo de poderes da Espanha barroca, mas também com grande impacto em todos os níveis da população. Juan Ignacio Pulido Serrano destrincha de modo minucioso este evento, estudado desde seus antecedentes até o ocaso de suas repercussões em pleno século XIX. São estudados em detalhes nos capítulos centrais (II, III e IV) as famílias cristãs-novas implicadas no caso e os processos que sofreram: «a fabricação de um delito», baseado em denúncias duvidosas e o uso da tortura. Mas é na verdade nos capítulos iniciais e finais do livro que o autor nos dá as chaves para entender as causas profundas da repercussão que causou tão singular evento, revendo sob uma nova luz tanto o próprio processo de «construção da infâmia» dos cristãos-novos portugueses em contexto espanhol, o «uso político deste anti-judaísmo», quanto a importância social que revestiu o evento, mostrando como ele foi criado no ninho das lutas entre facções da corte filipina nesta época de declínio da monarquia hispânica, de grande debate sobre os modos de proceder da Inquisição portuguesa e sobre os estatutos de pureza de sangue. Vale lembrar que o *topos* da invenção de um herege para mover a opinião real e pública também se verifica em Portugal com os desacatos de Santa Engrácia (1630) e de Odivelas (1671), quando os cristãos-novos foram acusados de roubar e execrar a hóstia consagrada e objetos sacros, casos estes que ainda devem ser analisados com a profundidade e a felicidade com que Pulido Serrano estuda o caso da *calle de las Infantas*.

Segundo Pulido Serrano, várias das grandes questões políticas em jogo desde os começos do reinado de Felipe IV (1621) estavam ligadas diretamente à questão dos *conversos*: o problema da sangria populacional que a saída dos descendentes dos judeus ocasionaria, seja do reino de Portugal, seja de certas regiões de Castela; o problema da falta de estímulo da população em geral para o comércio e o papel que aí tinham os cristãos-novos; o problema da dependência da coroa em relação aos financistas genoveses. O autor não questiona entretanto estas ligações, isto é, não faz esta relação entre os problemas profundos da sociedade ibérica e os mecanismos que, em filigrana, punham a questão judaica como causa de todos os problemas da península, os cristãos-novos postos no papel clássico dos judeus enquanto bodes-expiatórios. Mecanismo esse que parece ter

como base mais o problema da aceitação dos cristãos-novos na sociedade do que a sua capacidade de assimilação. Mas este não é, obviamente, o objetivo de Pulido Serrano.

Baseado nos estudos de Maravall e nos textos de época, o autor mostra que diferentes visões se combatiam na corte sobre os modos de resolver estes diversos problemas, visões estas que se revelaram através dos textos dos muitos arbitristas que pululavam na corte. De um lado, o clã do conde-duque Olivares, que incluía alguns jesuítas, o confessor de Felipe IV, e é claro, os cristãos-novos, influenciado pelas correntes tacitistas de inspiração maquiavélica – que adentraram a península na tradução de Justo Lúpsio em espanhol, publicada em Madri em 1604, ou ainda através da obra de Alciato –, incentivava uma política de integração dos cristãos-novos portugueses, através, principalmente, de um relaxamento dos estatutos de pureza de sangue, tentando contrabalançar minimamente o impacto da religião sobre a ação política do soberano (*O Príncipe* de Maquiavel estava, evidentemente, desde 1559, incluído no Index de livros proibidos). Do outro lado estavam aqueles que não queriam apostar na capacidade de integração dos cristãos-novos – de Gracián e Pedro de Ribadeneyra à Quevedo, passando pelo inquisidor geral Zapata –, por acreditarem que eram (quase) todos judaizantes e traidores, divulgando uma mensagem anti-semita e ao mesmo tempo uma imagem de um filojudaísmo exagerado de Olivares, de modo a desacreditar o válido e sua política, que na verdade, se baseava na *razão de estado* e tendia mais para uma política de mérito do que de honra.

Pulido Serrano demonstra (e este é o objetivo central do seu livro, pois «é aqui que reside a chave explicativa deste fenómeno»), que Olivares nunca pensou em convidar os judeus a voltar para a Espanha, ou a autorizar a prática do judaísmo nas terras de Sua Majestade Católica, contrariamente aos boatos que fizeram correr seus detratores nos momentos de disputa, e que acabaram por passar para toda historiografia, que o autor analisa detidamente. «Como trataremos de demonstrar neste trabalho, a imagem de um Conde-Duque de Olivares filojudeu foi criada na década de trinta do século XVII, baseada numa volumosa literatura panfletária» e que, «uma vez que o passar do tempo fez com que os conflitos concretos desaparecessem, permaneceram os registros de seus ecos [...], as armas da batalha» (pp. 37-51). A demonstração de que os historiadores não usaram documentos fidedignos de arquivo, mas fontes que não eram objetivas para basear suas afirmações, é uma das grandes contribuições da obra. A outra é a análise do contexto no qual estas fontes foram escritas, um contexto de decadência, em que duas visões – uma providencialista e a outra baseada na *razão de estado* – se chocaram em torno da política a se observar em relação ao problema cristão-novo, dando a ocasião para que a prisão de alguns judaizantes se transformasse em arma política e de propaganda de importância pouco igualável, e com grandes repercussões religiosas e sociais. A irmandade de São Pedro Mártir dos ministros e oficiais do Santo Ofício, os sermões de penitência, a fundação de irmandades e a construção de um templo em honra do *Cristo da paciência*, como ficou conhecido o crucifixo milagroso, serviram assim interesses políticos bem específicos.

Pulido Serrano relaciona com acerto a produção literária antijudaica portuguesa dos anos 1620-30 com a dita luta política: os inquisidores de Portugal e uma boa parte do clero eram os representantes mais ferrenhos do partido antijudaico, influenciando a política madrilena. Segundo ele, foram estas obras que incitaram o começo de uma produção espanhola. Pulido Serrano não se questiona entretanto sobre as causas desta natureza antijudaica dos portugueses, relacionadas ao complexo processo de conversão dos judeus de Portugal em 1497, mas também à influência espanhola: é de se notar que a implantação massiva dos estatutos de pureza de sangue no país e o arranque da produção literária antijudaica em Portugal datam da dominação filipina. Aqui, uma pequena correção: o autor do anônimo *Tratado sobre os vários meyoys que se offerecerão a sua Magestade Catholica para remedio do judaismo neste Reyno de Portugal* não foi o inquisidor geral Fernão Martim Mascarenhas como crê o autor, o que explica em parte o seu estranhamento com o fato de

Mascarenhas ter «mudado radicalmente sua postura» (p. 85) sobre a saída dos cristãos-novos do reino. Os inquisidores nunca foram a favor da expulsão dos cristãos-novos, matéria prima principal do Santo Ofício português. Para além disso, duas versões manuscritas de época do *Tratado* dão o jesuíta Diogo de Areda (1568-1641) como seu autor (BNL cod. 867, fls. 70-93v e BNRJ, Ms. 9, 1, 19, fls. 280-302).

Este estudo profundo de todas as vertentes de uma questão grave do mundo ibérico da época moderna servirá de exemplo, assim espero, aos historiadores que trabalharem sobre os impactos sociais, religiosos e econômicos, mas também políticos do problema cristão-novo.

BRUNO FEITLER
Universidade Federal Fluminense